



ISSN 1984-5634

APRESENTAÇÃO

CAPITALISMO, GENTRIFICAÇÃO E RACISMO AMBIENTAL

ALÍCIA QUINHONES MEDEIROS¹

HELEN DA SILVA SILVEIRA²

VINÍCIUS MENDES REIS FURINI³

O presente dossiê buscou reunir trabalhos preocupados com as relações entre capitalismo, desigualdades sociorraciais e processos de gentrificação. Esta temática perpassa nossas vidas cotidianamente, de maneiras diferentes, a partir, sobretudo, das clivagens sociais de raça, classe, gênero, sexualidade, etc. Por sua vez, vivenciamos no Rio Grande do Sul a tragédia climática das enchentes de maio de 2024, que afetou diretamente a população da maioria dos municípios do Estado. Cabe mencionar que os três proponentes deste dossiê nasceram e cresceram neste Estado e, em diferentes níveis, viram conhecidos, familiares e seus conterrâneos sendo atingidos pelas enchentes. Como já foi constatado, enquanto a tragédia se anunciava, a calamidade pública que decorreu das enchentes foi, de maneira irrefutável, influenciada, também, pela conduta humana. Tanto pela negligência de governantes, a nível municipal e estadual, quanto pelos processos de desmatamento, aterramento e gentrificação desenvolvidos pelo ser humano em uma lógica que buscou alimentar o capitalismo.

A relação capital e natureza tem um histórico profundo de exploração da última em favorecimento do primeiro. As políticas coloniais de exploração do território, a revolução industrial e sua expansão, a urbanização desenfreada e a expropriação de terras indígenas e de comunidades tradicionais são exemplos de processos históricos que refletem a conexão entre o capital e a destruição ambiental e como ela afeta a vida humana, principalmente das populações mais pobres, periféricas, negras e indígenas, invisibilizadas no decorrer do processo, sobretudo, no sul brasileiro. Se vê, dessa maneira, uma racialização do espaço rural e urbano, em que é possível reconhecer como as hierarquias sociais, com base na raça, organizam desigualmente as ocupações sociais em bairros e cidades.

GERÊNCIA EDITORIAL:

Bruna Cristina Oliveira Pupe
Pedro Haas Zanotto

COMO CITAR:

MEDEIROS, A. Q.; SILVEIRA, H. S.; FURINI, V. M. R.
Capitalismo, gentrificação e racismo ambiental. *Aedos*, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 7-11, jan.–jun., 2025.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

1 Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e bolsista Capes. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9249-0606>. E-mail: aliciaquinhones@gmail.com

2 Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-7561-8280>. E-mail: helen.dasilvasilveira@gmail.com

3 Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista Capes. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8442-4799>. E-mail: vfurini_@hotmail.com

Percebe-se, assim, como bairros ocupados majoritariamente por trabalhadores/as negros e negras localizam-se em regiões periféricas da cidade. Bem como, se formos analisar o espaço ocupado por comunidades indígenas e quilombolas na atualidade, nota-se uma diminuição expressiva dos seus territórios ao longo do tempo, decorrentes, sobretudo, das disputas de terra com o agronegócio e a especulação imobiliária.

Os empreendimentos decorrentes da “gentrificação verde” têm ganhado cada vez mais força. Eles destroem áreas ambientais, ameaçam as vidas nativas – vitais para o equilíbrio da natureza, deixam as cidades mais suscetíveis às intempéries climáticas, com alagamentos e/ou deslizamentos de encostas. Nas últimas décadas se observou a existência de uma série de tragédias humanas proporcionadas, em suma, por conta da desenfreada exploração capitalista de recursos naturais no Brasil, como os rompimentos das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), em Minas Gerais, e o desastre ambiental de Maceió que começou a se manifestar em 2018 por conta da extração de sal-gema na cidade. Ademais, o avanço do agronegócio na região Centro-Oeste do país acompanhou no crescimento das queimadas e do desmatamento de nossas florestas, como a Amazônia e a Mata Atlântica.

Assim, entende-se que a constituição do capitalismo alterou profundamente as relações entre os seres humanos e o restante da natureza. Portanto, os problemas ambientais estão diretamente ligados aos aspectos destrutivos do capital. Nota-se que as principais pessoas afetadas por tais eventos catastróficos são as mais pobres e que, na maioria das vezes, enfrentam maiores dificuldades de acesso à posse da terra e, no meio urbano, experienciam o direito à cidade de maneira desigual. Neste sentido, o dossiê buscou contemplar artigos que trabalhassem o meio-ambiente em diálogo com: luta por moradia de trabalhadores, história das cidades, gentrificação do espaço urbano, pós-Abolição, cidadania, raça e usos do meio urbano, exploração e destruição do capitalismo. Esses fatores foram debatidos com maior densidade na entrevista com Matheus Gomes, conduzida pelos/as proponentes, a qual abre este dossiê.

Com isso, o presente dossiê reúne um conjunto de 12 textos acadêmicos provenientes de diferentes áreas do conhecimento, como a história ambiental, história social, econômica, sociologia, geografia humana, psicologia social e antropologia. Bem como, agrupa análises de diferentes estados do país, tais como Piauí, Pará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, bem como, análises internacionais, como o caso do genocídio em Gaza.

Os artigos exploram o papel do Estado como agente das transformações ambientais que contribuíram para o aprofundamento das formas de desigualdades sociais. Assim como, apontam os efeitos da destruição causados em prol da manutenção do sistema capitalista que devora pessoas e recursos naturais para se manter. Dito isto, nas próximas linhas nos detemos aos principais temas e conclusões de cada artigo do dossiê.

O artigo “Transformações das paisagens nos Campos de Cima da Serra: uma análise da derrubada florestal e introdução do cultivo da maçã no município de Vacaria-RS” de Andréa Pagno Pegoraro, por meio de fontes diversas e de análise qualitativa, analisou as interações entre os grupos humanos e a natureza, observando os impactos ambientais provenientes do processo de exploração das matas de araucárias junto com as práticas de reflorestamento.

Em “Maçãs e Ancestralidade: o assalariamento de uma comunidade quilombola (Muitos Capões/RS)”, Acácio Garcez Carneiro se valeu da História Ambiental e da História Oral para analisar o processo de proletarianização de Mato Grande, comunidade remanescente de quilombo, localizada no município de Muitos Capões no Rio Grande do Sul. Por meio de discussões sobre o *antropoceno* e o *capitaloceno*,

Carneiro identificou a perda de identificação territorial na comunidade, por conta do avanço da pomicultura na região.

O artigo de Rafael Policeno de Souza intitulado “Futuros presentes: política, técnica e corpo no Antropoceno de Daniel Galera” realiza o diálogo entre os campos da História, Filosofia e Literatura, a partir da obra *O deus das avencas* de Daniel Galera o autor se propõe a discutir conceitos de política, tempo, técnica, cosmotécnica, antropoceno e democracia, observando a Era da Crise Climática e como o global se encontra com o planetário.

Em “Cidades silenciadas, infâncias rebeldes: as infâncias diante dos desafios do projeto colonial de gentrificação urbana” dos autores Mariana Cunha Schneider, Nicolas Braga Fröhlich, Fabiana Andressa Rodrigues da Silva, Jeferson Rodrigo Schaefer, Úrsula Ingrid de Souza Faria, Mayara Ferreira Mendes e Luciano Bedin da Costa. Este artigo traz uma discussão profunda sobre a produção das cidades brasileiras a partir da colonialidade, relacionando gentrificação, racismo ambiental e necropolítica. Os autores mostram como a cidade é historicamente construída por projetos de exclusão racial e por mecanismos que naturalizam desigualdades, produzindo territorialidades segregadas e legitimando violências contra populações negras, indígenas e periféricas. Ao recuperar autores como Quijano, Mbembe e Cida Bento, o texto evidencia a continuidade de uma lógica colonial que organiza o espaço urbano, seus fluxos, seus sujeitos e as formas de pertencimento.

A grande originalidade do texto está na centralidade dada às infâncias como agentes éticos de resistência. O artigo argumenta que brincar, ocupar e produzir outras leituras do espaço urbano constituem práticas insurgentes, capazes de fissurar o imaginário colonial e de reimaginar a cidade. As crianças, nesse sentido, não aparecem como sujeitos passivos, mas como produtoras de mundos, que revelam as contradições da urbanização hegemônica e mobilizam formas alternativas de existência e convivência.

Darlin Milene Sousa Oliveira, autora do artigo “Enchentes, açudes e a cidade: as inundações na cidade de São Raimundo Nonato, Piauí, durante as grandes enchentes do Rio Piauí (1910-2004)”, apresenta uma investigação sensível e metodologicamente sólida sobre as enchentes do Rio Piauí, articulando memória social, experiências de populações rurais e documentação técnica. Oliveira demonstra como, para as comunidades, as enchentes são mais do que eventos climáticos: elas constituem acontecimentos culturais, esperados e celebrados, que marcam ritmos de vida e renovação. A distinção nativa entre “enchente” e “inundação”, uma desejada, outra destrutiva, revela uma ecologia local complexa, que entende o rio como organismo vivo e fundamental à reprodução da vida no semiárido.

O texto também evidencia os impactos históricos da construção de açudes, da canalização e do aterramento do leito do rio, mostrando como intervenções humanas, e não as enchentes em si, são responsáveis por grande parte dos desastres contemporâneos. Ao mobilizar autores como O’Gorman, Castro, Ricoeur e Halbwachs, a autora articula memória, futuro e experiência. O aporte etnográfico — com entrevistas, caminhadas e observação — dá profundidade à análise, permitindo compreender como práticas cotidianas (atravessar o rio, prever chuvas, observar maretas) constituem uma tecnologia social de convivência com um ambiente intermitente. O artigo contribui, assim, para debates sobre história ambiental, memória social e políticas urbanas, oferecendo um olhar contra-hegemônico sobre o semiárido, frequentemente representado apenas pela seca, e revelando a importância das águas imprevisíveis que moldam a vida local.

Os impactos dos projetos desenvolvimentistas da Ditadura Militar nos povos indígenas é tema do texto “Efeitos do desenvolvimento capitalista durante a Ditadura Militar Brasileira no povo indígena Xakriabá” de Danielle Oliveira. O artigo analisa de forma contundente como os projetos desenvolvimentistas da Ditadura Militar impactaram diretamente o povo Xakriabá, localizados no noroeste do estado de Minas Gerais evidenciando que o crescimento econômico do período ocorreu à custa da violação de direitos territoriais e socioculturais de populações indígenas. A autora contextualiza a ampliação do capitalismo global, a lógica modernizadora e a política agrária da ditadura, mostrando como planos como o Planoroeste I e II atuaram para abrir território à expansão agrícola por meio de expropriação, violência e desestruturação dos modos de vida tradicionais.

O artigo dialoga com autores como Ianni, Lowy e Lênin para demonstrar que a Ditadura não apenas reprimiu politicamente, mas remodelou a estrutura econômica do país de forma a favorecer capitais nacionais e internacionais, inserindo o Brasil na lógica da Revolução Verde e da modernização conservadora. Nesse processo, povos indígenas foram classificados como obstáculos ao “progresso”, não tiveram sua identidade reconhecida pelo Estado e foram impedidos de acessar direitos fundamentais, como a demarcação de terras. O texto destaca que o território, para os Xakriabá, é dimensão vital de existência — o que faz das violências territoriais ataques diretos à sua cultura, cosmologia e continuidade histórica.

Ao evidenciar efeitos territoriais, ambientais e socioculturais, o artigo mostra que o desenvolvimento prometido pelo regime aprofundou desigualdades e consolidou estruturas de dependência econômica, reforçando a aliança entre Estado autoritário, burguesia interna e capital estrangeiro. A contribuição do texto é incisiva ao demonstrar que a modernização ditatorial produziu danos profundos às populações indígenas e que compreender esses processos é fundamental para os debates contemporâneos sobre reparação histórica, soberania indígena e crítica ao modelo desenvolvimentista.

No artigo “Quando o concreto invade a dignidade humana o que transborda é racismo: denúncia, imagens e resistência da periferia no Canal da Antônio Baena em Belém (PA)”, os autores Éder Dutra do Carmo e Eunápio Dutra do Carmo analisam, em perspectiva histórica e crítica, por meio do método etnográfico e a observação-participante e a partir de entrevistas e fotografias, como o Movimento 28 de Abril articulou resistências e formas de organização dos moradores do canal Antônio Baena frente aos impactos sociais do Projeto da Macrodrenagem da Bacia do Una (PMBU) entre 2023 e 2024. Ao longo do artigo os autores buscam relacionar a atuação do movimento como uma contribuição à luta pela permanência de moradores na região enquanto um direito à cidade.

O artigo “Da Criminosa à Louca: Direito, Medicina e o Controle Social de Mulheres em Porto Alegre (1890-1950)” de autoria de Flávia Dieh e Marcus Moreira, analisa como a exclusão do espaço urbano também é perpassada pela intersecção dos marcadores sociais de gênero, raça e classe. Esta marginalização estava atrelada a práticas institucionais, como o direito penal, saberes médicos e discursos morais. O artigo também versa sobre noções de direito e urbanização, atrelado ao controle social, seletividade penal e criminalização da pobreza, que também é racializada. A análise partiu do contexto de Porto Alegre, entre os anos de 1890 e 1950, por meio de variado corpus documental, como os processos criminais e cíveis de desquite, analisados através da historicidade da violência de gênero.

George Daniel Rodrigues Fonseca, autor do artigo “Dos corpos e territórios em cerco: a subjetividade da segregação no conflito israelo-palestino”, investiga o conflito israelo-palestino,

em articulação com as noções de necropolítica e interseccionalidade, para evidenciar como o Estado israelense exerce um “direito de mutilar” que (re)produz debilidade como forma de controle colonial, moldando violências, resistências e desigualdades atravessadas por raça, gênero e classe.

Em “Belo Horizonte: religião, morte e gentrificação no projeto modernizador em uma nova capital republicana”, artigo escrito por Daniela Veloso de Abreu e Matos e Wellington Teodoro da Silva, encontramos uma análise sobre como a construção de Belo Horizonte, para ser a capital de Minas Gerais, promoveu, desde sua fundação, um processo de gentrificação marcado pelo racismo ambiental, o qual expulsou a população que já habitava o espaço, destruiu e substituiu seus símbolos e práticas, especialmente religiosas e funerárias, pelo ideal positivista de progresso. Os autores concluem que o processo de construção da nova capital foi permeado por violências, desde a expulsão de moradores para as periferias e o apagamento de suas histórias, sobretudo, de pessoas negras e acometidas pelo bócio.

O artigo “Censo escolar da educação básica: políticas educacionais em perspectivas interseccionais para o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais e socioambientais” de autoria de Beatriz Miranda Gomes, Catherine de Sá Paixão Teixeira e Vânia Maria dos Santos se propõe a buscar, a partir da perspectiva teórica da interseccionalidade, alternativas para o combate às desigualdades sociorraciais presentes na Educação Básica, em especial, em escolas periferias, em assentamentos da reforma agrária e em territórios indígenas e quilombolas.

A resenha “Para além da economia: o efeito metástase nas crises do capitalismo” de autoria conjunta de Ingrid Vale, Luiz Antonio Ferreira, Silas Tibério Pereira Linhares e Lucas Matheus da Silva realizam a análise do livro *Capitalismo Canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso* de Nancy Fraser. Os autores destacam a forma como o livro resgata o capitalismo para o centro das discussões acadêmicas, políticas e sociais da teoria marxista e enfatizam a relação entre exploração capitalista e opressão racial. A metáfora da Ouroboros, analisada na resenha, sintetiza bem a tese central: o capitalismo devora as próprias condições que sustentam sua existência, aprofundando uma crise de caráter metastático.

A resenha evidencia como a autora diferencia capitalismo de mercado como totalidade homogênea, defendendo que o sistema depende de zonas não mercantilizadas para prosperar – sobretudo aquelas sustentadas por mulheres, populações racializadas e pela natureza. Por fim, o texto reforça a pertinência política do conceito de “capitalismo canibal”, mostrando que, para Fraser, reformas superficiais não são capazes de enfrentar a crise estrutural. Ao contextualizar essa perspectiva e dialogar com a tradição crítica, os autores entregam uma leitura que não é apenas síntese, mas também interpretação, reforçando a dimensão interdisciplinar e o alcance teórico da obra analisada.

Convidamos os/as leitores/as a conhecer mais sobre as relações entre o capitalismo, a crise climática e o racismo ambiental a partir da leitura do presente Dossiê!